

# Nossa meta é um ensino de qualidade

— Qual a sua visão sobre situação do ensino público no DF?

Falando primeiro em termos quantitativos, a escola pública no DF acolhe a maioria da população. No ano de 1989, a rede oficial está atendendo 77,3 por cento do aluno de Brasília, isso representa, em números absolutos, 365 mil 636 alunos. A rede particular está acolhendo 22,7 por cento da clientela, que em termos absolutos representa 107 mil 23 alunos. Tudo isso, tendo como base a matrícula inicial, que fechou em 31 de março de 1989. É evidente que durante o ano o quadro se modifica em função das evasões, transferências e etc.

Já em termos qualitativos, podemos dizer que o sistema de ensino do DF começou bem, principalmente, no que tange à rede pública. Porque começou com uma série de benefícios que eram previsíveis existirem uma vez que estava se mudando uma capital e, assim, a escola pública recebeu todo o apoio possível para que acolhesse aqueles que vinham de todas as regiões do Brasil para estudar aqui. Era um sistema que tinha horário integral. Os alunos iam à escola de manhã e à tarde. Em razão do crescimento da rede e da própria ampliação das oportunidades educacionais, o que, no meu entendimento, é altamente positivo.

Hoje, o sistema acolhe todos aqueles que o procuram ou teoricamente deveriam atender. No DF, a escola pública tem uma história boa. Temos os melhores índices de escolaridade na faixa etária de sete a 14 anos. Estamos à frente de todo o resto do País. Já houve época em que, através de sensores escolares, constatamos que praticamente todas as crianças de sete a 14 anos estavam na escola, estando o índice de escolaridade em 94 por cento. Considerando que as situações vão se complicando em função do próprio processo migratório, que no DF é grande, a rede pública foi tendo a cada momento de ir oferecendo mais espaço físico, mais professores e mais equipamentos. Em função da defasagem de orçamentos, a rede foi se empobrecendo e os currículos perderam em termos de horas.

— Podemos dizer que o ensino público de Brasília é de qualidade e confiável?

— Eu diria que ele ainda é confiável. O que está acontecendo com a escola pública no Brasil é realmente um processo de defasagem e até de sucatea-



“Temos os melhores índices de escolaridade na faixa etária de sete a 14 anos. Nós estamos à frente de todo o País, apesar das dificuldades”.

equipamentos, mas considerando o quadro geral e, até comparando com a rede privada, eu afirmaria com certeza que a escola pública do DF ainda tem qualidade e pode, num esforço permanente das administrações do setor educação, se manter assim. Agora é preciso que a luta seja permanente, continuada. Sempre se perseguindo o objetivo de não deixar que a escola pública seja sucateada por outros interesses. Tem de se ter um esforço de Governo, da comunidade, em defesa da escola pública.

— Qual a herança recebida da gestão passada?

— É público e notório que houve nos últimos anos uma queda de verbas, de dotações orçamentárias para o setor da educação e, com certeza, a administração que nos sucedeu teve esse grande problema. Para se manter uma rede como a nossa, grande, tem de se ter um forte respaldo orçamentário. A falta de verbas dificultou o processo de manutenção da rede física e até a realização do programa de construção de novas salas de aulas. Encontramos uma rede física deteriorada e déficits de salas de aulas e de professores quando assumimos no final do ano passado. O déficit de professores, por exemplo, era de 243.

Nós tivemos de fazer um remanejamento de coordenação pedagógica, do pessoal da área técnica, concedemos horas excedentes e ampliamos a jornada de trabalho de professores, até mesmo de alguns que já trabalhavam 40 horas. Houve uma sobrecarga dos profissionais, mas foi a única forma que tivemos para atuar no final de 1988, já que alunos estavam sem aulas de algumas disciplinas. Conseguimos suprir 216 carências. Já em 1989, começamos a revalidar concursos públicos e a fazer novos. Contando as diversas categorias, A, B e C, até o momento, fizemos oito concursos. Solicitamos a contratação por excepcionalidade, pois o decreto 11.018 de 1988 fazia restrições para as contratações.

Assim, neste ano estamos com menos carência de professores. No entanto, em disciplinas como física, química, biologia, matemática e inglês ainda existem alguns problemas. Inclusive, nos últimos concursos muitos poucos foram aprovados para as áreas de química e física. Além disso, há também um rodízio grande de professores, há muitas licenças-maternidade, pedidos de demissão e

A paranaense Josephina Baiocchi, 58 anos, assumiu há um ano a direção do sistema educacional público de Brasília com o espírito de quem cumpre uma missão: “Apesar do cargo espinhoso, considero essa oportunidade de dirigir todo o setor de educação como um privilégio, uma homenagem à educadora que sempre fui”, diz a secretária, que ressalta não ter qualquer coloração político-partidária.

A carreira de Josephina Baiocchi teve início quando ela ainda tinha 17 anos e começou a trabalhar como professora primária no Paraná. Em 1964, veio para Brasília, onde logo ingressou, através de concurso público, na Fundação Educacional. É formada em Pedagogia, tem pós-graduação em Orientação Educacional e mestrado em Planejamento Educacional.

Ela orgulha-se de ter percorrido praticamente todas as diferentes etapas da carreira de magistério, com exceção do trabalho na pré-escola. Como educadora, a secretária de Educação não titubeia em apontar como o maior desafio do professor a tarefa de alfabetizar. “É uma responsabilidade muito grande acompanhar o aluno nos seus primeiros degraus de cidadania”, destaca.

Esperançosa de que o setor de educação continue sendo prestigiado e priorizado nos próximos governos, como acontece agora, Josephina Baiocchi afirma ter certeza que é possível se oferecer um ensino público de qualidade no DF. No entanto, ela acredita que isso só se concretiza quando a educação é encarada como um investimento e não como uma despesa pelos administradores.

reversão de contrato de 40 para 20 horas. Mas, acredito que com o quadro de carreira que vem aí a situação mude, estabelecendo salários mais dignos para o professor.

— Quando o plano de carreira será implantado realmente? Essa não é uma reivindicação antiga dos professores?

— O plano de carreira já está no Senado em discussão. O GDF inclusive enviou um aditivo para o plano no sentido de melhorá-lo, atendendo uma série de reivindicações e solicitando mais recursos orçamentários. Ele está previsto para ser implantado a partir de 1º de janeiro de 1990. Nós temos um plano de cargos e salários que tem um escalonamento. Agora, vamos ter um plano de carreira, que associa a progressão funcional do profissional, o merecimento e a antiguidade.

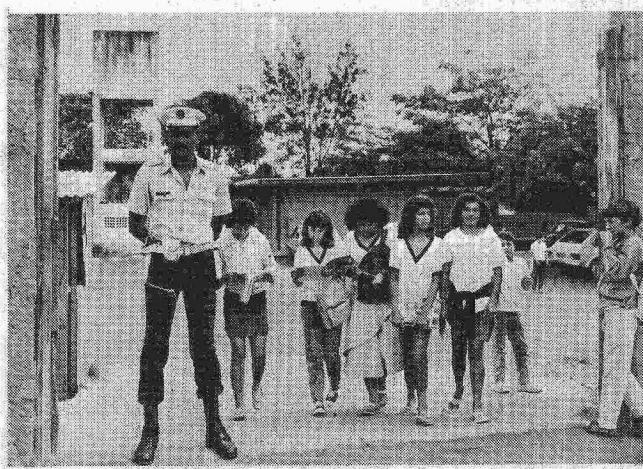
— Como as greves sucessivas têm afetado o ensino público?

— As greves afetam todo o trabalho na escola, porque quebram a rotina escolar, da ministração do conteúdo que é programado para um desenvolvimento paulatino. Quebra a rotina no que tange o próprio hábito da criança de estar todo o dia na escola, muda a rotina da cidade. Angustia extremamente o professor e todas as pessoas envolvidas com o processo, acarretando um descompasso no funcionamento da escola. Não há dúvida de que a interrupção do calendário escolar prejudica sobremaneira a qualidade do ensino.

— Isso tem alterado o índice de repetentes?

— Há alguns anos a taxa de repetência vem subindo. Difícil seria dizer que só a greve afeta a reprovação. Ela é um dos fatores que causa o fracasso do estudante, mas não é o único. Todo o processo de funcionamento da escola, o acúmulo de alunos numa turma, a falta de material, a rede física deteriorada, a falta de professores para cobrir todas as carências, tudo isso afeta. A própria situação de miséria dos alunos, o descompasso no fornecimento da merenda escolar, todos esses são fatores que contribuem para que a reprovação aumente.

No DF tem havido um aumento dessa taxa, sendo que no ano passado, por todas as dificuldades, inclusive duas greves, a reprovação foi elevada e por isso fizemos uma recuperação especial. Contando da 3ª a 8ª séries do 1º grau e todo o 2º grau, o índice de reprovação foi de 36,3 por cento, o que representou, no ano passado, 63 mil 359 alunos. A maior reprovação ocorreu entre as 5ª e 8ª séries, onde a taxa de repetentes foi absurda, de 50 por cento. Agora nas 3ª e 4ª séries do diurno ficou a menor taxa, de 21,7 por cento. A evasão ficou em torno de sete por cento, o que é um índice mais ou menos histórico. Teremos de nos preocupar muito mais com a repro-



Segurança na escola: a criação do batalhão escolar da PM vai assegurar tranquilidade para o aprendizado

vação, porque é ela que está fazendo com que a rede pública sofra perdas consideráveis. Na rede privada, a reprovação é mínima. Há casos em que escolas particulares aprovam mais de 90 por cento de seus estudantes.

— E as verbas para a educação?

— O setor está sendo beneficiado com cerca de 30 por cento do orçamento do GDF. Além disso, temos recebido os recursos destinados por via da programação do Fundo de Desenvolvimento do DF e mais os que vêm da área federal para o pagamento de pessoal. Não há quem possa dizer que não estamos priorizando a educação.

— Para 1990 as perspectivas são boas?

— Sim, claro. São no sentido de se cumprir tudo que a Constituição prevê, isto é, o Estado terá de destacar para a educação 25 por cento do seu orçamento. Isto está sendo considerado.

— Um problema que vem sendo discutido bastante na cidade é a questão da segurança nas escolas. Parece que agora o Batalhão Escolar vai virar realidade. Como isso vai beneficiar os alunos?

— Acho que vai beneficiar a comunidade como um todo. Porque se considerarmos cerca de 370 mil alunos da rede pública e mais cento e tantos mil da rede privada, isso já é quase uma população inteira. Nossa índice de escolaridade no DF

chega a 90 por cento, de sete a 14 anos, isso significa que a comunidade praticamente inteira vive em torno da escola. O Batalhão Escolar está sendo pensado como um policiamento preventivo, de apoio e de educação. Eu creio que ele vai trazer uma tranquilidade grande para as escolas.

Mas é bom deixar claro que a violência está dentro das escolas porque a sociedade também está violenta. É preciso que haja toda uma conscientização em cima desse problema e o setor educação tem um papel fundamental nesse sentido. A violência existe em função da miséria e criminalidade da sociedade. O Batalhão Escolar será uma ajuda importante para que as escolas possam funcionar com serenidade.

— É verdade que o DF, em breve, vai ganhar sua primeira escola técnica?

— Nós estamos com o projeto licitatório pronto, os recursos virão do Ministério da Educação, através do programa de melhoria e expansão do ensino técnico. Já estão orçados pouco mais de NCz\$ 41 milhões para a construção da escola. Ela tem um prazo de construção de 180 dias.

— Qual seria o local da escola técnica e quantos alunos ela atenderá?

— Estará localizada na região de Águas Claras e poderá servir às populações de Taguatinga, Ceilândia, Guará, Núcleo Bandeirante e, eventual-

mente, Plano Piloto. Estão previstos dois cursos regulares de quatro anos, um de informática industrial e outro de mecânica, que terão possibilidade de acomodar 1 mil 24 alunos. Serão também programados, em função de pedidos da própria comunidade, cursos especiais. Agora com a instalação do Proin (Programa de Industrialização), já há até um pedido do setor de gemologia. Esses cursos especiais serão oferecidos apenas para aqueles que já tenham educação geral completa, assim os alunos só farão a parte profissionalizante. Já há um entendimento com a Secretaria de Indústria e Comércio para que esta finance o laboratório necessário para o curso de gemologia.

— O último problema enfrentado pelo setor foi o locute das escolas particulares. Como a Secretaria encarou o fato?

— Foi algo inédito que nos pegou de surpresa. Jamais esperávamos uma atitude dessa por parte de pessoas que têm uma responsabilidade social e que prestam um serviço necessário à população. Poderia resumir numa expressão: Achei um absurdo! Mas através do diálogo, o locute terminou em uma semana. O Conselho de Educação teve um papel preponderante no término do locute, em função dos esclarecimentos fornecidos ao Sindicato dos Proprietários de Escolas, sem que a lei tivesse sido arrepiada.